



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**20/05/2013**



# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. DESEMBARGADORES.....	3
2.3. JUÍZES.....	4

**MEU** interesse pelos salários dos servidores públicos é minúsculo. Na verdade, o que eu gostaria mesmo de ver divulgado é a produtividade de cada um. Um juiz que recebe R\$ 25 mil pode ganhar demais. Um colega com os mesmos rendimentos, de menos.

**OU SEJA**, depende da quantidade de processos que ele efetivamente estuda e sentença, da qualidade das suas decisões, do número de audiências das quais participa, da sua disponibilidade para devolver à sociedade, em serviços, os valores depositados na sua conta a cada mês.

**QUANTO** vale um bom juiz? No dia em que você for julgado por um mau, saberá calcular. A mesma lógica se aplica a policiais, professores, técnicos, parlamentares, prefeitos, governadores e presidentes.

## *Judiciário é único poder a cumprir LAI no Estado*

O Judiciário do Maranhão é único poder a cumprir integralmente no Estado o que determina a Lei de Acesso à Informação (LAI), conforme exigência da Resolução nº 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Desde julho de 2012 – quando a decisão entrou em vigor – o Tribunal de Justiça (TJMA) criou o link “Transparência”, na página principal do portal [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), para divulgar em detalhes a sua folha de pessoal. O TJMA foi o primeiro no país a liberar na internet dados integrais do Judiciário estadual, de acordo com a nova lei.

Quem consulta a página encontra remunerações, diárias, indenizações e verbas pagas a magistrados, servidores e colaboradores. Aparecem, ainda, os descontos – a exemplo do imposto de renda retido na fonte e contribuição previdenciária. Essas informa-

ções são acrescentadas do nome do beneficiário e da unidade de trabalho. Não há restrições quanto a objetos da pesquisa.

O material divulgado abrange a estrutura remuneratória, quantitativo e descrição de cargos e nomes de magistrados, e servidores efetivos ou não. O demonstrativo vai além e especifica o orçamento público, contratos, precatórios, veículos, empenhos e pagamentos.

“Mais que cumprir a LAI, permitimos ao cidadão conhecer e acompanhar a movimentação financeira do Judiciário maranhense. Este é um fator positivo para a sociedade, que passa a melhor compreender como atuam órgãos e gestores públicos”, diz o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Pioneirismo - Desde 2006 - A iniciativa do Judiciário maranhense em divulgar dados financeiros na internet vem desde 2006, e é única no país. Naquele ano, o “TJ em Números” já esmiuçava a execução orçamentária e financeira, a folha de pagamento, e licitações e contratos. “Já cumpríamos a LAI antes que a lei existisse”, lembra o diretor financeiro, Luiz Carlos Calvet.



O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida durante a semana passada foi entrevistado nas emissoras de rádios AM da cidade. Falou sobre os expressinhos, trabalho desenvolvido nos Centros de Conciliação que envolve as empresas Oi e Cemar com o interesse de resolver impasses com os clientes. Na Rádio Capital, ele foi recebido pelo proprietário e vice-prefeito de São Luís, Roberto Rocha e jornalista Djalma Rodrigues.



## *Presidente da AMMA visita unidade de internação provisória da Funac*

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos, realizou na quinta-feira (16), uma visita para averiguar as condições do Centro da Juventude Canaã (CJC-Vinhais), unidade de internação provisória da Funac – Fundação da Criança e do Adolescente. A visita contou com a presença da presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputada Eliziane Gama (PPS).

Recebido pela presidente da Funac, Anailde Everton, o presidente da AMMA explicou que a intenção da visita foi verificar as condições da unidade e o processo de ressocialização dispensado aos adolescentes que cumprem medida cautelar. Falou também sobre a Pesquisa de Opinião realizada com os magistrados, a qual revelou que 62.58% dos entrevistados concordam com a redução da maioridade penal para 16 anos. “Estamos tentando propor uma discussão sobre outro prisma a respeito da redução da maioridade penal. Será que isto resolveria o problema?”, questionou Gervásio Santos.

“A Maiobinha está interdita para mostrar que ainda faltam políticas públicas voltadas para a Funac. Ainda não temos políticas voltadas para ressocialização nem do adolescente nem do maior infrator”, ressaltou a presidente da Funac. Ela contou que a unidade Canaã possui 41 internos, quando a capacidade do espaço é para apenas 30. Muitos dos adolescentes, que têm entre 13 e 17 anos, foram transferidos do Centro Juventude Esperança (CJE - Maiobinha), em virtude da interdição, por decisão judicial, daquela unidade da Funac.

“Nesta semana de reflexão em relação à violência contra a criança e o adolescente, viemos constatar as violações de direito que hoje sofrem esses adolescentes. Se temos uma estrutura mínima para o cumprimento da medida socioeducativa, teremos um desdobramento de violência muito maior na sociedade”,

disse a deputada Eliziane Gama. A parlamentar lembrou que, no sistema prisional, mais de 60% dos internos têm entre 18 e 29 anos.

Durante a visita, os gestores visitaram o pátio, as salas e conversaram com os internos da unidade. No centro de internação provisória Juventude Canaã, os adolescentes cumprem medidas cautelares no prazo de até 45 dias, conforme cada caso. Durante o dia, eles realizam atividades educativas, participam de oficinas de artesanato, pintura em tela e informática, fazem atividade física, e participam de palestras realizadas pela Unidade de Assistência à Família – Unaf. Alguns participam também de ciclos de práticas restaurativas, cujo objetivo é responsabilizar e conscientizar o adolescente acerca do ato e suas consequências. Apesar das atividades, a estrutura física é extremamente precária.

Caminhos - “Como representante da AMMA, me sinto na obrigação de me envolver com essa questão. A segurança começa com a ressocialização, justamente cuidando dos internos”, pontuou o presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos. O presidente da AMMA também propôs à presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, deputada Eliziane Gama, a realização de debate sobre o tema na Casa Legislativa.

Na oportunidade, a deputada Eliziane Gama (MD) informou sobre a realização de uma audiência pública no dia 29 de maio, para discutir o sistema socioeducativo no Estado. “Verificando as condições físicas e estruturais da unidade, vemos que está extremamente defasada, alguém daquilo que deveria ser e já estaremos na próxima semana cobrando uma ação enérgica do governo do Estado para que possam ser feitas adaptações nesta unidade como estabelece o Sinase, e ao mesmo tempo cobrar do Estado uma ação para que a unidade da Maiobinha que hoje está interdita possa ser retomada dentro do prazo estabelecido”, afirmou.